



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº
(Do Sr. Capitão Alberto Neto)

Requer da Excelentíssima Ministra da Saúde, Senhora Nisia Trindade, informações acerca de pessoas “em situação de pobreza” com diagnóstico de ansiedade e depressão.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro seja encaminhado a Excelentíssima Ministra Nisia Trindade, informações acerca de pessoas “em situação de pobreza” com diagnóstico de ansiedade e depressão, nos seguintes termos:

- 1) Existe alguma ação por parte do Ministério voltada para conscientização da população, sobre a importância do acompanhamento psicológico como prevenção a ansiedade e depressão?
- 2) Atualmente, qual o número de pessoas em situação de vulnerabilidade que são acompanhadas por psicólogos e psiquiatras?
- 3) O que tem sido feito em favor da população “em situação de pobreza”, a fim de conceder acesso no SUS a tratamentos psicológicos e psiquiátricos?

Justificação

Cerca de 11% da população mundial sofre com algum transtorno





Câmara dos Deputados

Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

Apresentação: 18/11/2024 12:27:36.530 - MESA

RIC n.4177/2024

mental. Um relatório das Nações Unidas “Economia do Burnout: Pobreza e Saúde Mental” aponta que pessoas em situação de pobreza têm três vezes mais chances de desenvolver problemas de saúde mental, como ansiedade e depressão. O autor do relatório, Olivier De Schutter, afirma que esse cenário está relacionado à obsessão pelo crescimento da economia e busca de riqueza, levando as pessoas a se submeterem a jornadas exaustivas de trabalho e condições de trabalho precárias. "Quanto mais desigual é uma sociedade, mais as pessoas da classe média temem cair na pobreza e com isso desenvolvem quadros de estresse, depressão e ansiedade", afirmou o relator.

O estudo propõe que os governos adotem medidas que reduzam as desigualdades e inseguranças, como políticas de renda básica universal (valor mínimo a que todos teriam direito para afastar a ameaça da pobreza), apoio a economia social e solidária e alterações do mundo do trabalho.

O relator informou que organizações não governamentais, sindicatos, movimentos sociais e acadêmicos trabalham na apresentação de alternativas ao crescimento econômico em consonância com a erradicação da pobreza, previstas para serem apresentadas em 2025.

Portanto, sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informações para obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de se assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.

Termos em que, pede deferimento.

Brasília, 18 de novembro de 2024.

CAPITÃO ALBERTO NETO

Deputado Federal / PL-AM



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD243594503200>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alberto Neto

